

# Trivia Trens S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263C8-020-PB



# Índice

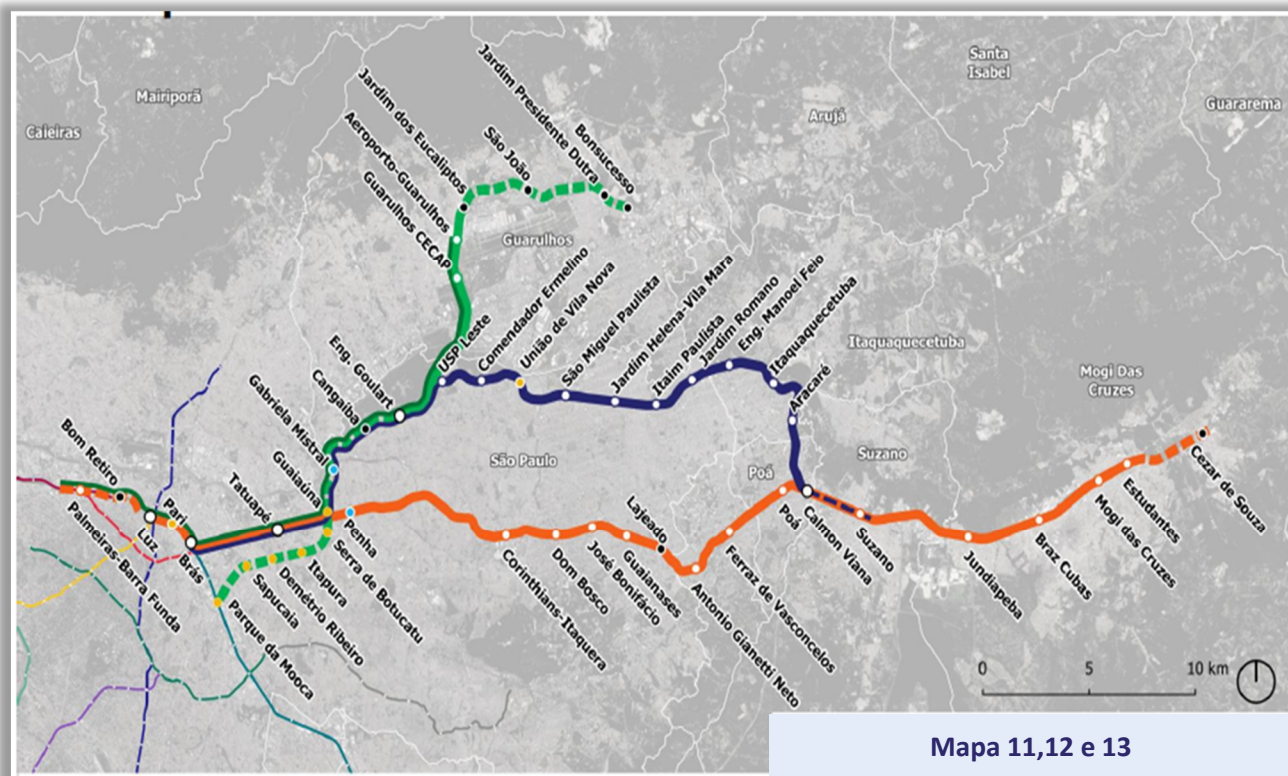
	<b>Página</b>
Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	6
Demonstrações financeiras	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes ao período de 08 de abril de 2025 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025	15

### 1. Apresentação

Em 28 de março de 2025, foi realizado, na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, o leilão para a concessão patrocinada do Lote Alto Tietê, abrangendo as Linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade da rede de trens metropolitanos do Estado de São Paulo. O certame foi vencido pelo Grupo Comporte, que constituiu a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Trivia Trens S.A., detendo 100% de sua composição acionária.

A concessão possui prazo de 25 anos, contado a partir da data de eficácia contratual e tem como objeto a operação, manutenção e modernização de mais de 100 km de vias ferroviárias, conectando a capital paulista aos municípios de Mogi das Cruzes, Poá, Suzano, Itaquaquecetuba e Guarulhos, atendendo diariamente centenas de milhares de passageiros.

O contrato prevê um expressivo volume de investimentos em infraestrutura ferroviária, sistemas operacionais e material rodante, com foco na melhoria da mobilidade urbana, no aumento da capacidade operacional e na elevação dos padrões de qualidade do serviço prestado à população.



#### 1.2 Conclusão das Condições de Eficácia

Em 21 de julho de 2025, a Trivia Trens S.A. concluiu o período de 60 dias subsequente à assinatura do contrato, atendendo integralmente às Condições de Eficácia estabelecidas no Contrato de Concessão.

Nessa fase, foram designados os responsáveis pela gestão contratual e pela manutenção da frota de material rodante, bem como instituído, em conjunto com a ARTESP, o Comitê de Convivência, responsável pelo acompanhamento da interface operacional entre concessionária e Poder Concedente.

Também foram formalizadas as contratações dos agentes independentes previstos contratualmente:

- Auditor Independente;
- Verificador Independente;
- Certificadora de Implantação;
- Apoio Técnico.

O cumprimento dessas obrigações permitiu o início formal da vigência do prazo contratual da concessão.

## Relatório da administração

---

### 1.3 Fase Pré-Operacional

A Fase Pré-Operacional, com duração prevista de 12 meses, teve início em 21 de julho de 2025 e tem como objetivo estruturar a concessionária para a plena assunção dos serviços, garantindo a continuidade operacional e manutenção dos níveis de qualidade.

Durante este período, a CPTM permanece responsável pela operação e manutenção das linhas, assumindo com os respectivos custos operacionais.

Entre as principais atividades desenvolvidas pela Companhia incluem:

- Capacitação de pessoal: formação de multiplicadores e qualificação técnica estruturada em etapas teórica, prática e de monitoramento;
- Elaboração de planos contratuais: desenvolvimento dos planos operacionais, de investimentos, de ação de emergência;
- Acompanhamento contínuo da operação: instalação de equipes no Centro de Controle Operacional (CCO) e nos pátios ferroviários para acompanhamento integral das rotinas operacionais.

### 1.4 Operação Assistida

A Etapa de Operação Assistida está prevista para julho de 2026, marcando a assunção da operação comercial pela concessionária.

A partir desse marco, a Companhia passará a assumir os custos operacionais e a auferir a remuneração prevista contratualmente.

Durante os primeiros 180 dias, a operação contará com suporte técnico da CPTM em funções específicas de supervisão, operação e manutenção, garantindo estabilidade na transição operacional.

Nesta fase, a concessionária deverá atingir os níveis mínimos dos Indicadores de Desempenho Referenciais, sob acompanhamento do Verificador Independente, ainda sem a aplicação integral dos impactos financeiros associados à performance.

### 1.5 Operação Comercial Plena

A Operação Comercial Plena está prevista para iniciar julho de 2027, após o encerramento do período de operação assistida.

Nesta etapa, a Companhia assume integralmente a prestação dos serviços, passando a operar de forma independente. O desempenho operacional será mensurado por meio do Índice de Qualidade do Serviço (IQS), cujos resultados terão impacto financeiro direto na remuneração contratual.

O foco passa a concentrar-se na excelência operacional, segurança, disponibilidade da frota e satisfação dos usuários, consolidando os benefícios da modernização do sistema ferroviário da região do Alto Tietê.

### 1.6 Plano de Investimentos

O plano de investimentos constitui um dos pilares centrais da concessão, prevendo aportes significativos, destinado à modernização, expansão e requalificação da infraestrutura ferroviária e dos sistemas operacionais.

Os investimentos estão organizados nos seguintes grupos:

#### Investimentos Prioritários de Curto Prazo

Execução obrigatória até o término da Fase Pré-Operacional, com foco em melhorias imediatas de acessibilidade, segurança e conforto nas estações, incluindo adequações de acessos, instalação de elevadores, iluminação de emergência e modernização da comunicação visual.

## **Relatório da administração**

---

### **Empreendimentos (Investimentos Obrigatórios)**

**Abrangem obras civis e implantação de sistemas estruturantes da concessão:**

- construção de 8 novas estações;
- reconstrução de 4 estações existentes;
- ampliação de 5 unidades;
- requalificação integral das estações;
- modernização dos complexos ferroviários da Luz e Engenheiro São Paulo;
- investimentos em via permanente, rede aérea e sistemas de sinalização para redução do intervalo entre trens (headway) para até 3 minutos em trechos críticos.

### **Investimentos Adicionais**

Aportes determinados pelo Poder Concedente para expansão ou modernização dos serviços, limitados a até 5% do valor estimado do contrato.

### **Investimentos Contingentes**

Projetos condicionados a decisão consensual e aditamento contratual, incluindo:

- expansão da Linha 13-Jade (porção sul);
- implantação das estações Pari (Linha 11) e União de Vila Nova (Linha 12);
- ampliação da Estação Bom Retiro;
- modernização tecnológica dos sistemas de arrecadação tarifária.

Os investimentos são financiados por meio de Aporte Público e pela Contraprestação Fixa vinculada ao CAPEX.

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -  
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)  
Brasil  
T +55 11 3886-5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos acionistas e administradores da  
**Trivia Trens S.A.**  
São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Trivia Trens S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 08 de abril de 2025 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Trivia Trens S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 08 de abril de 2025 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS accounting standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

### Fase pré-operacional

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1.1 e 1.3, que descrevem que a Companhia foi constituída em 08 de abril de 2025 e, desde então, encontra-se em fase pré-operacional. Em decorrência deste fato, não há demonstrações financeiras de exercícios anteriores apresentadas para fins comparativos no presente conjunto de demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada com relação a este assunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS accounting standards) emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

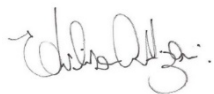
Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizani  
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

# Trivia Trens S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

## Ativo

	Notas	31/12/2025
<b>Ativo circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	3	38.701
Estoques		678
Tributos a recuperar		1.369
Partes relacionadas	4	14
Outros créditos	5	11.902
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>52.664</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Realizável a longo prazo		246.350
títulos e valores mobiliários	6	239.233
Ativos de contrato		5.081
Outros créditos	5	790
Tributos diferidos	15	1.246
Imobilizado	7	11.379
Intangível	8	46.834
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>304.563</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>357.227</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Trivia Trens S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

## Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025
<b>Passivo circulante</b>		
Arrendamentos por direito de uso	9	1.034
Fornecedores	10	4.077
Obrigações tributárias		1.689
Obrigações trabalhistas	11	22.676
Outras obrigações		12
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>29.488</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Arrendamentos por direito de uso	9	7.010
Fornecedores	10	16
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>7.026</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	12.1	334.622
Prejuízos acumulados	12.2	(13.909)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>320.713</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>357.227</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Trivia Trens S.A.

Demonstrações do resultado  
para o período de 08 de abril a 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Período de 08/04/2025 a 31/12/2025
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>13</b>	<b>(44.203)</b>
Despesas gerais e administrativas		(44.203)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>(44.203)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>14</b>	<b>29.048</b>
Receitas financeiras		30.674
Despesas financeiras		(1.626)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(15.155)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	1.246
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		<b>(13.909)</b>
Número de ações		557.703.587
Resultado líquido básico e diluído por ações (em reais)		(0,02)

**As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.**

# Trivia Trens S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
para o período de 08 de abril a 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Período de 08/04/2025 a 31/12/2025
<b>Prejuízo líquido do período</b>	<b>(13.909)</b>
Outros resultados abrangentes	-
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>	<b>(13.909)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

# Trivia Trens S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
para o período de 08 de abril a 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social subscrito	(-) Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
<b>Constituição em 08 de abril de 2025</b>	<b>1</b>	-	-	<b>1</b>
Aumento do capital	557.702	-	-	557.702
Capital social a integralizar	-	(223.081)	-	(223.081)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(13.909)	(13.909)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>557.703</b>	<b>(223.081)</b>	<b>(13.909)</b>	<b>320.713</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Trivia Trens S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
para o período de 08 de abril a 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Período de 08/04/2025 a 31/12/2025
<b>Atividades operacionais</b>	
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(15.155)</b>
<b>Ajuste para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:</b>	
Depreciação	473
Juros e variações monetárias s/ endividamento	306
<b>Resultado ajustado</b>	<b>(14.376)</b>
<b>Variações no ativo</b>	<b>(14.739)</b>
Estoques	(678)
Tributos a recuperar	(1.369)
Outros créditos	(12.692)
<b>Variações no passivo</b>	<b>28.470</b>
Fornecedores	4.093
Obrigações trabalhistas	22.676
Obrigações tributárias	1.689
Outras obrigações	12
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(645)</b>
Juros pagos	(305)
<b>Caixa líquido pelas atividades operacionais</b>	<b>(950)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>	
Títulos e valores mobiliários	(239.233)
Ativos financeiros	(5.081)
Transações com partes relacionadas	(14)
Aquisição de imobilizado	(11.852)
Aquisição no intangível	(46.834)
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(303.014)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>	
Amortização de arrendamentos	(223)
Captação/Baixas de arrendamentos	8.266
Aumento do capital	334.621
<b>Caixa líquido das atividades de financiamentos</b>	<b>342.664</b>
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>38.700</b>
Caixa e equivalente na Constituição em 08 de abril de 2025	1
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	38.701
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>38.700</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto operacional

### 1.1. Sobre a Companhia

A Trivia Trens S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, subsidiária integral da Comporte Participações S.A., constituída em decorrência da participação na Concorrência Internacional nº 02/2024, cuja sede está localizada na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 1, 2º andar, Lapa de Baixo, São Paulo, local onde funcionará o seu escritório administrativo. Constituída em 08 de abril de 2025, a Companhia tem como objeto social específico e exclusivo a exploração da Concessão Patrocinada da prestação do serviço público de transporte de passageiros sobre trilhos nas Linhas 11 – Coral, 12 – Safira e 13 – Jade, integrantes do sistema ferroviário do Estado de São Paulo, compreendendo operação, manutenção, conservação, implantação de obras civis e sistemas, melhorias, requalificação, adequação, modernização e expansão (“Concessionária Patrocinada”), nos exatos termos do Edital de concorrência internacional nº 02/2024 e do correspondente contrato de concessão.

### 1.2. Contrato de Concessão

Em 21 de maio de 2025, a companhia celebrou o contrato de concessão para a prestação do serviço público de transporte de passageiros sobre trilhos. A concessão contempla as linhas 11–Coral, 12–Safira e 13–Jade, integrantes do sistema ferroviário do Estado de São Paulo. A concessão possui prazo de 25 anos, contado a partir da data de eficácia contratual.

### 1.3. Fase pré-operacional

A Companhia está atualmente em fase pré-operacional, iniciada em 21 de julho de 2025 com duração prevista de 12 meses. Essa etapa tem como objetivo estruturar a concessionária para assumir integralmente os serviços, garantindo a continuidade das operações e a manutenção dos padrões de qualidade.

### 1.4. Principais eventos ocorridos

Em 24 de outubro de 2025 foi aprovada a alteração do endereço da sede da Companhia, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2025 passando de Rua Funchal, 551, 10º andar (parte), Vila Olímpia, São Paulo, para Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 1, 2º andar, Lapa de Baixo, São Paulo.

### 1.5. Desempenho ambiental, social e de governança (ESG)

#### Ambiental social

Em 2025, teve início a mobilização das equipes responsáveis pelas frentes de meio ambiente (licenciamento ambiental) e desapropriações, com o objetivo de garantir o pleno cumprimento das obrigações ambientais, bem como a implementação das ações sociais e fundiárias relacionadas ao projeto.

#### Governança

- Procedimentos operacionais e conformidade: Instituição e implementação de procedimentos operacionais padrão destinados a orientar os processos de licenciamento ambiental e a execução das ações sociais e fundiárias.
- Gestão de riscos: Desenvolvimento das matrizes de risco do empreendimento, possibilitando a identificação, avaliação e mitigação preventiva de potenciais impactos.
- Planejamento de Projetos: Estruturação das EAPs (Estruturas, Analíticas de Projeto), com a definição, modelagem e padronização dos fluxos operacionais.
- Alinhamento Estrutural: Formalização das atribuições e dos canais de comunicação entre áreas, promovendo maior integração, coordenação e sinergia interna.
- Planejamento de Investimentos: Elaboração do Planejamento Físico-Financeiro de Longo Prazo, com o propósito de direcionamento estratégico dos investimentos sob responsabilidade da equipe.

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

Referentes ao período de 08 de abril de 2025 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025  
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- **Gestão ambiental:** No âmbito ambiental, a equipe de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente, Saúde Ocupacional e Operação e Manutenção (QSMS-0&M) participou do Summit Agenda SP + Verde, realizado em novembro de 2025 no Parque Villa-Lobos, em São Paulo, como parte da estratégia de aprimoramento e benchmarking. Adicionalmente, foi concluída a elaboração e aprovação da Política de Gestão Ambiental da Trivia, documento que formaliza e reforça o compromisso institucional da Companhia com as diretrizes previstas no contrato de concessão e com os Padrões de Desempenho da internacional Finance Corporation (IFC), integrante do Grupo Banco Mundial.

## **2. Apresentação das demonstrações financeiras**

A aprovação e autorização para a publicação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho da Administração realizada em 20 de março de 2026.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro da *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

A Demonstração dos Fluxos de caixa, elaborada pelo método indireto, foi preparada e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa ocorridas nos exercícios apresentados.

A demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto foi preparada e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa que ocorreram no período.

### **2.2. Estimativas e premissas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em métodos de avaliação que utilizam estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação dessas demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para as demandas judiciais e administrativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, anualmente.

### **2.3. Políticas contábeis materiais**

Aplicamos de modo consistente as principais políticas contábeis nos períodos apresentados nas notas explicativas.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao período de 08 de abril de 2025 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025  
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2.4. Normas e interpretações novas e revisadas

#### a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras	Tratamento contábil para ausência de conversibilidade/permutabilidade	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO <sub>2</sub> e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e CBIOs, visando consistência nas demonstrações financeiras e conexão com relatórios de sustentabilidade	01/01/2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

#### b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais e específicos para divulgações de sustentabilidade e riscos climáticos	Adoção voluntária a partir de 2024; obrigatória a partir de 01/01/2026 ou posterior para companhias abertas (conforme cronograma CVM)
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações (equivalente esperado no CPC)	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01/01/2027
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01/01/2026
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (equivalente à IFRS 18)	Nova estrutura do demonstrativo de resultado, princípios de agregação/desagregação e novas divulgações	01/01/2027

A Administração da Companhia está monitorando essas normas e avaliará eventuais impactos quando da sua vigência.

## 3. Caixa e equivalentes de caixa

### 3.1. Política contábil

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atenderem a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata.

Entretanto, saldos bancários a descoberto, decorrentes de empréstimos obtidos por meio de instrumentos como contas correntes garantidas que são liquidados em curto prazo, compõem parte integrante da gestão de caixa da Companhia. Nessas circunstâncias, tais saldos bancários a descoberto são classificados no passivo circulante e incluídos como componentes de caixa e equivalentes de caixa, na Demonstração dos Fluxos de Caixa, em cumprimento as especificações do Pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao período de 08 de abril de 2025 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025  
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3.2. Composição

	31/12/2025
Caixa e bancos	38.027
Aplicações financeiras (a)	674
<b>Totais</b>	<b>38.701</b>

(a) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e remuneradas por taxas pós-fixadas que variam em média 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As remunerações compromissadas iniciam em 90% e a conta max remunera a uma taxa de 20% do CDI.

### 4. Partes relacionadas

#### 4.1. Resumo dos saldos patrimoniais e das transações entre partes relacionadas

##### 4.1.1. Política contábil

As transações com partes relacionadas são reconhecidas e divulgadas conforme o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas. São consideradas partes relacionadas pessoas físicas ou jurídicas que detenham controle, controle conjunto, influência significativa ou que integrem a administração da Companhia.

A Companhia registra essas transações com base nos valores acordados entre as partes e divulga nas demonstrações financeiras os principais saldos e transações do período, bem como a remuneração dos administradores, quando aplicável.

##### 4.1.2. Composição

O saldo de R\$ 14 em 31 de dezembro de 2025 está registrado no ativo circulante e refere-se a valores a receber da coligada TIC Trens S.A., decorrentes de reembolso de despesas.

#### 4.2. Títulos e valores mobiliários

Conforme Nota explicativa nº 6.2 a aplicação em FIDC, possui gestão de crédito realizada pela Pagol.

#### 4.3. Remuneração dos administradores

A Remuneração dos administradores da Companhia foi registrada na rubrica “Despesas Gerais e Administrativas” no montante de R\$ 1.653 em 31 de dezembro 2025.

### 5. Outros créditos

#### 5.1. Política contábil

Os outros créditos compreendem valores a receber e ativos registrados no ativo circulante e não circulante, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia. Referem-se a valores decorrentes de vendas de bens ou prestação de outros serviços, adiantamentos e despesas pagas antecipadamente.

Esses ativos são avaliados periodicamente, e eventuais perdas por não recuperabilidade são reconhecidas diretamente no resultado do período, conforme avaliação da administração.

#### 5.2. Composição

	31/12/2025
Adiantamento a fornecedores (a)	9.847
Despesas antecipadas	1.107
Outras contas a receber	862
Seguros	678
Adiantamentos a funcionários	198
<b>Total</b>	<b>12.692</b>

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao período de 08 de abril de 2025 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025  
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025
Circulante	11.902
Não circulante	790
<b>Total</b>	<b>12.692</b>

(a) Parte do saldo de adiantamento a fornecedores refere-se a contrato firmado para a implantação dos sistemas de energia das Linhas 11, 12 e 13, o qual prevê o pagamento de adiantamento vinculados aos marcos do cronograma físico-financeiro, condicionados ao início das respectivas etapas da obra.

## 6. Títulos e valores mobiliários

### 6.1. Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Os rendimentos auferidos são apropriados ao resultado ao longo do prazo dos instrumentos, com base na taxa efetiva de retorno.

### 6.2. Composição

A Companhia mantém a totalidade de seus investimentos em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) classificados no ativo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	239.233
<b>Total</b>	<b>239.233</b>

Informações adicionais (em Reais):					
Fundos de investimentos	Principal	Nº quotas	Prazo	Início	Liquidação
Empresas de Transportes FIDC Senior 1 (a)	216.574.521,64	202914,25207891	determinado	2025	2030

(a) A gestão de crédito é realizada pela Pagol<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>Partes relacionadas

## 7. Imobilizado

### 7.1. Política Contábil

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição ou formação, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável.

A depreciação é iniciada quando os bens estão disponíveis para uso, sendo calculada e reconhecida na demonstração do resultado pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

As taxas médias de depreciação ano, que levam em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, são apresentadas conforme a seguir:

	Vida útil % ao ano
	31/12/2025
Edificações e melhoramentos	4%
Equipamentos de processamento de dados	20%
Veículos de apoio	20%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de comunicação	10%

Um item de imobilizado é baixado ou transferido para ativos disponíveis para venda, quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Eventual ganho ou perda resultante da transferência de titularidade do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor líquido contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado na rubrica "Resultado na alienação de imobilizado", no exercício que ocorrer a baixa do ativo.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao período de 08 de abril de 2025 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025  
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7.2. Demonstração do valor contábil líquido do imobilizado

Imobilizado	Constituída em 08 de abril de 2025			31/12/2025				
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo inicial líquido	Adições	Depreciação	Saldo final líquido	Custo	Depreciação acumulada
Edificações e melhoramentos - Direito de Uso	-	-	-	8.267	(413)	<b>7.854</b>	8.267	(413)
Obras em andamento	-	-	-	1.915	-	<b>1.915</b>	1.915	-
Equipamentos de processamento de dados	-	-	-	260	(12)	<b>248</b>	260	(12)
Veículos de apoio	-	-	-	412	(32)	<b>380</b>	412	(32)
Móveis e utensílios	-	-	-	979	(15)	<b>964</b>	979	(15)
Equipamentos de comunicação	-	-	-	19	(1)	<b>18</b>	19	(1)
<b>Total</b>	-	-	-	<b>11.852</b>	<b>(473)</b>	<b>11.379</b>	<b>11.852</b>	<b>(473)</b>

## 8. Intangível

### 8.1. Política contábil

Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, deduzidos os descontos comerciais e abatimentos. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzida a amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, não tem seus custos de desenvolvimento capitalizados, esses gastos são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em que forem incorridos.

#### i) Direitos de concessão

A Companhia opera serviços de transporte coletivo de passageiros por meio de contratos de concessão, firmados com o poder concedente.

Os direitos de concessão da Companhia são decorrentes do contrato de concessão, são registrados como ativo intangível, a título de outorga, e são amortizados pelo método linear ao longo do prazo de vigência do contrato de concessão, sendo o valor correspondente reconhecido como custo de amortização na demonstração do resultado.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

Referentes ao período de 08 de abril de 2025 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**8.2. Demonstração do valor contábil líquido do Intangível**

Intangível	Constituída em 08 de abril de 2025			Adições	31/12/2025		
	Custo	Amortização acumulada	Saldo inicial líquido		Saldo final líquido	Custo	Amortização acumulada
Direito de concessão <b>(a)</b>	-	-	-	46.834	<b>46.834</b>	46.834	-
<b>Total</b>	-	-	-	<b>46.834</b>	<b>46.834</b>	<b>46.834</b>	-

**(a)** Os valores incorridos durante a fase pré-operacional estão registrados como ativo intangível, uma vez que são exigências contratuais necessárias para o início da operação comercial. Esses dispêndios atendem aos critérios de reconhecimento de ativo intangível, por serem identificáveis, estarem sob controle da Companhia e possuírem expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, além de terem seu custo mensurado de forma confiável, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC 04/IAS 38). A modalidade da concessão contempla a construção da infraestrutura, representada por investimentos obrigatórios (com e sem aportes) e o direito de exploração da infraestrutura ao longo do prazo contratual. Os valores registrados nessa linha referem-se especificamente aos investimentos obrigatórios sem aportes, os quais foram reconhecidos como parte dos ativos vinculados à concessão e serão amortizados ao longo do prazo contratual, a partir do início da geração dos benefícios econômicos associados à exploração da infraestrutura.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao período de 08 de abril de 2025 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025  
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9. Arrendamento por direito de uso

### 9.1. Política contábil

A Companhia avalia se um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia compõe o total de arrendamento por imóvel. Como arrendatária, a Companhia, ao determinar o prazo executável do arrendamento, considera todos os fatos e circunstância que criam incentivo econômico para exercer a opção de extensão, ou criam desincentivos econômicos para não exercer a opção de término antecipado.

#### 9.1.1. Composição

	31/12/2025
Constituição em 08 de abril de 2025	-
Captação	8.266
Amortização	(223)
Juros pagos	(305)
Juros apropriados	306
<b>Passivo de arrendamentos no encerramento do período</b>	<b>8.044</b>
Circulante	1.034
Não circulante	7.010
<b>Total</b>	<b>8.044</b>

A seguir apresentamos a composição do saldo de arrendamento por direito de uso por vencimento (*aging list*):

	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Arrendamento direito de uso	1.034	1.415	1.777	2.060	1.758	<b>8.044</b>
<b>Total</b>	<b>1.034</b>	<b>1.415</b>	<b>1.777</b>	<b>2.060</b>	<b>1.758</b>	<b>8.044</b>

A Companhia avaliou e identificou contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

Os efeitos inflacionários em 31 de dezembro de 2025, em comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA (índice nacional de preço ao consumidor amplo) de 4,26% a.a. para dezembro de 2025 divulgado pelo IBGE, e representam os seguintes montantes:

	31/12/2025
<b>Fluxo real</b>	8.350
Arrendamentos - Direito de Uso	(306)
(-) Juros a Apropriar	
<b>Fluxo inflacionário</b>	
Arrendamentos - Direito de Uso	8.706
(-) Juros a Apropriar	(319)

## 10. Fornecedores

### 10.1. Política contábil

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Tais obrigações, são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao período de 08 de abril de 2025 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025  
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10.2. Composição

	31/12/2025
Fornecedores nacionais	4.093
<b>Total</b>	<b>4.093</b>
Circulante	4.077
Não circulante	16
<b>Total</b>	<b>4.093</b>

### 11. Obrigações trabalhistas

#### 11.1. Política contábil

As obrigações trabalhistas correspondem aos valores devidos aos colaboradores em decorrência da legislação trabalhista e previdenciária vigente. Essas obrigações são reconhecidas contabilmente no passivo à medida que os serviços são prestados pelos colaboradores, sendo mensuradas com base nas remunerações contratuais e encargos incidentes até a data do balanço.

#### 11.2. Composição

	31/12/2025
Salários a pagar	15.619
Férias	4.238
INSS a recolher	2.235
FGTS a recolher	584
<b>Total</b>	<b>22.676</b>

### 12. Patrimônio líquido

#### 12.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito no valor de R\$ 557.704 (223.081 a integralizar), sendo o capital social total de R\$ 334.622 é composto por 557.703.587 ações ordinárias nominativa, de propriedade de pessoas jurídicas no país, sendo assim distribuídas:

	31/12/2025
Capital social (em reais)	557.703.587
<b>(-) Capital social a integralizar:</b>	<b>(223.081.434)</b>
Comporte Participações S.A.	(223.081.434)
<b>Total</b>	<b>334.622.153</b>

Acionistas	%	Quantidade de ações 31/12/2025
Comporte Participações S.A.	100	557.703.587
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>557.703.587</b>

### 13. Receitas (despesas) operacionais

Apresentamos a seguir, as despesas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

	31/12/2025
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	
Pessoal	(31.720)
Prestação de serviços	(8.627)
Outras despesas administrativas	(2.077)
Arrendamento mercantil e locação de bens	(1.025)

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

Referentes ao período de 08 de abril de 2025 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025  
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025
Depreciação e amortização	(473)
Despesas tributárias	(276)
Seguros	(5)
<b>Total despesas administrativas</b>	<b>(44.203)</b>

## 14. Resultado financeiro

	31/12/2025
<b>Receitas financeiras</b>	<b>30.674</b>
Ganhos com participação em fundos de investimento	28.040
Receitas de aplicações financeiras	2.486
Descontos obtidos	148
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(1.626)</b>
PIS e Cofins	(1.426)
Juros sobre arrendamentos	(101)
IOF	(75)
Juros passivos	(22)
Tarifas bancárias	(2)
<b>Total</b>	<b>29.048</b>

## 15. Imposto de renda e contribuição social

### 15.1. Política contábil

#### Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 por ano para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, limitada a 30% do lucro real.

A despesa do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente e diferido são reconhecidos no resultado.

#### Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável de IR e base negativa de CSLL, respectivamente do exercício, a taxas de impostos decretadas na data da apresentação das demonstrações financeiras.

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos)

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao período de 08 de abril de 2025 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025  
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável a existência de lucro tributável futuro contra o qual possa ser utilizado, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial do ativo ou passivo na transação que:

- Não é uma combinação de negócios;
- No momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Os créditos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros da Controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro/prejuízo fiscal;
- Impostos diferidos (IR e CSLL) estão reconhecidos no passivo circulante para as diferenças temporárias de curto prazo e não circulante para as diferenças em que há segregação de curto e longo prazo. São mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o passivo será liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço; e
- Impostos diferidos (IR e CSLL) relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial também são registrados no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado.

### 15.2. Imposto de renda e a contribuição social diferidos

	31/12/2025
CSLL sobre base negativa	330
IRPJ sobre Prejuízos Fiscais	916
<b>Totais débitos fiscais líquidos</b>	<b>1.246</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>1.246</b>

#### 15.2.1. Análise da alíquota efetiva do Imposto de renda e a contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, calculados pela aplicação da alíquota fiscal, combinada com as despesas debitadas ao resultado, estão assim apresentados:

	31/12/2025
<b>Lucro/(Prejuízo) antes do IR e da CSLL</b>	<b>(15.155)</b>
Alíquota	34%
<b>IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal combinada</b>	<b>5.153</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>	
Provisões temporária	(3.001)
Despesas não dedutíveis ou tributáveis	(106)
Adições Permanentes	(800)
<b>IRPJ e CSLL apurados</b>	<b>1.246</b>
Diferido	1.246
<b>IRPJ e CSLL no resultado do período</b>	<b>1.246</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>-8,2%</b>

## 16. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são contratados em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos, classificados como instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado.

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

Referentes ao período de 08 de abril de 2025 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025  
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A Companhia adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir:

### **a) Política de gestão de riscos financeiros**

A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito.

A Companhia está exposta aos riscos de mercado relacionados às atividades da Companhia, à flutuação das taxas de juros com o intuito de minimizar os efeitos, a Companhia utiliza instrumentos de acordo com a política de gerenciamento de risco estabelecida, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos adequadamente a cada circunstância e riscos inerentes para suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

### **b) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

### **c) Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito, com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos ativos com instituições financeiras.

### **d) Risco de liquidez**

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

### **e) Risco de taxas de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas.

### **f) Valorização dos instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

#### **Caixa e equivalentes de caixa**

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

#### **Conta a receber e a pagar**

Registrados com base no valor nominal dos títulos e avaliado pelo conceito de custo amortizado.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

Referentes ao período de 08 de abril de 2025 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025  
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Empréstimos e financiamentos**

Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado, foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrado com base nos juros contratuais de cada operação, não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

Ativos, conforme balanço patrimonial	31/12/2025		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	38.701	<b>38.701</b>
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	239.233	-	<b>239.233</b>
Partes relacionadas	-	14	<b>14</b>
Outros créditos	-	12.692	<b>12.692</b>
<b>Total</b>	<b>239.233</b>	<b>51.407</b>	<b>290.640</b>

Passivos, conforme balanço patrimonial	31/12/2025		
	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Fornecedores	-	4.093	<b>4.093</b>
Arrendamentos por direito de uso	-	8.044	<b>8.044</b>
Outras obrigações	-	12	<b>12</b>
<b>Total</b>	-	<b>12.149</b>	<b>12.149</b>

**g) Gestão de capital**

A Companhia busca a otimização de sua estrutura de capital com a finalidade de satisfazer suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura que considera parâmetros adequados para os custos financeiros.

**17. Cobertura de seguros (não auditado)**

Devido à natureza de sua operação, a Companhia está exposta a riscos de desembolsos ocasionados. Para garantir exposição menor a estes riscos a Companhia possui cobertura de seguros conforme necessidades específicas, contratos de prestações de serviços ou contratos de concessão, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros em conformidade com o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. As coberturas de seguros são:

**Garantia obrigatória contratual**

Os seguros de garantia são contratados pela concessionária, conforme exigência do poder concedente, em caso de irregularidades na prestação de serviço de transportes de passageiros.

Garantia	Estado	LMI (R\$)	Vigência
Concessão	São Paulo	749.748.935,22	Até 21/05/2026

\* \* \*